

Síntese da Conjuntura O Brasil e a crise mundial

Ernane Galvão
Ex-Ministro da Fazenda

Está se criando, no Brasil, um clima de euforia em relação à retomada do crescimento econômico. Os mais otimistas chegam a afirmar que a economia nacional passou ao largo da crise mundial.

É importante não perdermos o sentido da realidade: o Brasil recebeu um tranco violento com a crise. No 4º trimestre de 2008 o PIB nacional caiu 2,9% e continuou caindo no 1º trimestre de 2009. A queda na indústria foi brutal: no final do ano passado registrou uma redução de 8,1%.

A recessão bateu forte em algumas empresas como a Vale, a Petrobras, as indústrias automobilística, de celulose e outras, voltadas para o exterior. As exportações brasileiras caíram 22,7% em 2009, o que nos dá, em resumo, a dimensão da crise que atingiu o Brasil.

Também é evidente que a economia brasileira está no caminho da

recuperação, não só em função das medidas anticíclicas adotadas pelo Governo, como, também, pelo “efeito China”, que normalizou as exportações brasileiras de petróleo, de minério de ferro, de celulose, de soja e dezenas de outros produtos.

De qualquer modo, a realidade é dura: o PIB nacional cresceu 5,7% em 2007, 5,8% em 2008 e deverá ficar praticamente estagnado, com crescimento zero, em 2009. Resultados melhores são esperados em 2010, com crescimento acima de 5%, assim como nos anos seguintes.

Além da inusitada expansão do crédito, duas forças deverão dar impulso redobrado à economia: os investimentos da Petrobras e das empresas associadas aos projetos do Pré-Sal, e os investimentos ligados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Há um certo temor de que a expansão econômica possa gerar pressões inflacionárias, o que excitaria o Banco Central a subir a taxa de juros básica, com os conhecidos efeitos negativos sobre o Tesouro Nacional. É óbvio que a expansão de crédito nos Bancos públicos (BNDES, BB e CEF), assim como os incentivos fiscais, tem uma influência muito maior sobre o consumo e os investimentos do que a “política monetária” do Banco Central. Se, realmente, a expansão da demanda gerar alguma inflação, a solução óbvia é refrear o BNDES, o BB e a CEF, assim como os estímulos fiscais e não recorrer à elevação dos juros, que só agravam o déficit do Governo e a dívida pública, além de desorganizar o mercado cambial, através da atração de voláteis capitais especulativos.

Há muitas razões para o otimismo dos brasileiros, na conjuntura atual, face às estatísticas que indicam a retomada do crescimento econômico a partir deste ano, após a paralisação (crescimento zero)

em 2009. Há confiança entre os consumidores e os empresários, apesar dos vícios do Governo – nos três níveis do Poder – que se esmera em constantes provocações que causam desconfiança e insegurança jurídica em relação ao regime democrático, à livre iniciativa e à propriedade privada.

Em contrapartida ao otimismo generalizado que ressurge na área econômica, há também muitas razões para descrença em relação ao futuro próximo, principalmente no que tange à qualidade da educação e às perspectivas do mercado de trabalho. Vale a pena atentarmos para dois importantes relatórios recentes, da Unesco e do IPEA.

Segundo a UNESCO, o Brasil continua sendo o país com o maior número de crianças fora da escola, na América Latina e no Caribe. O país também teve os piores números de repetência na escola primária: a taxa brasileira foi de 19% em 2007, enquanto os índices dos vizinhos latino-americanos e caribenhos giraram em torno de 4%. Em comparação com países de todos os continentes, o Brasil é o 12º no ranking dos que têm mais crianças fora da escola: foram 901 mil em 2007, com idades entre 7 e 10 anos.

O estudo divulgado pelo IPEA revela que é preocupante a falta de investimento na juventude brasileira. Um dos maiores desafios para o Governo é lidar com o desemprego crescente entre os jovens e os efeitos que o problema terá no futuro deles. Na faixa etária dos 16 aos 20 anos, a taxa de desemprego passou de 7%, em 1987, para mais de 20%, em 2007. Na faixa dos 21 aos 29 anos, o desemprego mais que dobrou, passando de 5% para 11% no mesmo período. Especialmente elevado (19,8%) era o número de jovens que não estudavam nem trabalhavam.

Os juros do banco central

Com a decisão do Banco Central pela manutenção da taxa de juros básica em 8,75% , volta à tona o debate sobre a possibilidade de elevação da taxa, por influencia das “previsões” do mercado financeiro. A razão de ser estaria na perspectiva de alta da inflação, face ao aumento de preços dos alimentos. Verdadeiramente, um non sense.

Há, grosso modo, três tipos de preços: a) os administrados pelo Governo (tarifas de serviços públicos, combustíveis, etc), 2) os que são formados no mercado internacional (petróleo, matérias primas, alimentos) e 3) os que resultam do livre jogo da oferta e procura no mercado interno.

A taxa de juros do Banco Central, a rigor, só teria efeito sobre os preços da terceira categoria; assim mesmo, de maneira duvidosa.

Elevar a taxa de juros para combater uma inflação potencial é, na conjuntura atual, uma grande contradição com o que vem fazendo o Governo, mobilizando todos os recursos e subsídios fiscais para fomentar o consumo e os investimentos, através de uma vigorosa expansão do crédito no BNDES, Banco do Brasil e CEF.

Como já se afirmou em outras oportunidades, nos últimos anos as altas taxas de juros só têm servido para agravar as contas deficitárias do Tesouro e a dívida pública, ao mesmo tempo em que transfere renda para os felizes investidores – nacionais e estrangeiros – nos Fundos de renda fixa. Em 2009, chegou a R\$ 169,1 bilhões o montante de juros pagos sobre a dívida pública, resultado, de um lado, da insensibilidade do Banco Central e, de outro, da farra de gastos de custeio do Governo federal.

COP 15 – Copenhague

A reunião das Nações Unidas (COP 15), em Copenhague, teve três destaques: 1) aguçou as dúvidas sobre o “efeito estufa”, embora não tenha chegado à confrontação entre os “fanáticos do CO²” e os “céticos” do aquecimento global; 2) aliviou a “barra” dos grandes países industrializados, que praticamente suspenderam as obrigações decorrentes do Protocolo de Kyoto e transferiram parte das responsabilidades aos países de menor nível de desenvolvimento, como China, Brasil e Indonésia, incluindo o desmatamento das florestas entre as maiores causas de emissão de CO²; e 3) paralelamente, metade da reunião foi dedicada a assuntos financeiros, principalmente a ajuda bilionária que os países ricos devem dar aos países pobres, a título de adaptação. Não se discutiu o grave problema da explosão demográfica, principal causa do empobrecimento e grande parte da poluição. É uma conclusão óbvia: sem deter o crescimento demográfico, não há solução para a pobreza. Mas parece que ninguém se interessa por isso. Não dá “dividendos”.

O Brasil aceitou dois compromissos sérios: contribuir com US\$ 10 bilhões iniciais para o Fundo de ajuda aos países pobres e reduzir – voluntariamente – entre 36,1% e 38,9%, até 2020, as emissões de GEE (gases de efeito estufa), inclusive, drástica redução do desmatamento, tendendo a zero. Por outro lado, o Brasil espera receber vultosa indenização pela floresta não desmatada, dentro do sistema REDD. Ou seja, o Brasil espera sair ganhando.

Vários “estudos” realizados por instituições nacionais e estrangeiras concluíram que o Brasil é responsável por 5% das emissões globais de GEE e que 55% dessas emissões provêm da pecuária e do desma-

tamento. Colocaram - e colocamos - um laço no pescoço de nosso próspero agronegócio.

Atividades econômicas

Indústria

Em novembro/09, a produção industrial caiu ligeiramente 0,2%, em relação a outubro, mas cresceu 5,1%, comparada com novembro/08. Entretanto, no acumulado do ano (11 meses), a produção caiu -9,3%, sendo -20,2% de bens de capital, -10,9% bens intermediários e -4,1% bens de consumo.

A produção de veículos ficou praticamente estagnada, com alta de 0,7% no ano. Segundo a CNI, as vendas da indústria subiram 1,3% em novembro sobre outubro e 8,4% sobre novembro/08. O índice de capacidade utilizada subiu a 81,4%. De 27 atividades pesquisadas em novembro, apenas seis registraram aumento (IBGE). A indústria paulista fechou 2009 com queda de 8,5% (FIESP), mas cresceu 2,4% em dezembro. O consumo de energia elétrica ficou 1,1% abaixo de 2008.

Ao longo de 2009, até novembro (11 meses), as vendas do comércio varejista cresceram 5,3%, contra queda de 10,6% na produção industrial, distância essa que se explica pelo volume das importações.

Em 2009, a produção de aço bruto caiu 21,4%, apesar do crescimento da indústria automobilística. A produção de celulose cresceu 6,0% e a de papel caiu 0,7%, enquanto as exportações cresceram 16,9% e 1,3%, respectivamente.

Neste início de 2010, a indústria automobilística vendeu 23,4% menos do que em dezembro, mas ficou 11% acima de janeiro/09. Também a indústria siderúrgica retomou o nível normal de produção.

Segundo a CNI, o otimismo no setor industrial chegou ao nível recorde, em janeiro, o mesmo que o apurado pelo IBGE. Os investimentos na indústria prosseguem acelerados. A Petrobras e a Chevron vão investir US\$ 5,2 bilhões na Bacia de Campos (RJ). A Vale comprou a Bunge (fertilizantes) por US\$ 3,8 bilhões.

Das 14 regiões investigadas, apenas três (Pernambuco, Goiás e Ceará) já retornaram ao patamar pré-crise, de setembro de 2008. Por outro lado, o Estado de Minas Gerais, que tem a atividade mais voltada para o mercado externo, mostra a maior perda na produção (-10,7%).

Comércio

Em novembro/09, o comércio varejista cresceu 1,1% em relação a outubro, no sétimo aumento seguido, segundo o IBGE. As vendas de móveis e eletrodomésticos subiram 5,9%, embaladas pelos incentivos fiscais e pelo forte consumo de ventiladores e ar-condicionado. Na comparação com novembro de 2008, o varejo cresceu 8,7% e a expectativa é de aceleração no ritmo. No acumulado do ano (11 meses), a expansão foi de 5,5%. As vendas de materiais de construção cresceram 4,2%.

Os supermercados registraram aumento de 3,2% no volume de vendas em 2009 (Abrás). As bebidas alcoólicas puxaram a alta, com 8,6% de variação em 2009, com destaque para cervejas (10,5%). O setor de alimentos perecíveis foi o segundo, com ganho de 7,2%.

As famílias brasileiras iniciaram 2010 com intenções de consumo elevadas. De acordo com pesquisas da CNC, dos 18 mil entrevistados em todo o país, 60,2% estão endividados, mas somente 9,2% afirmam não ter condições de pagar em janeiro.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela primeira vez, indica que 13,5% dos consumidores se consideram “muito endividados”. Entre os que recebem até dez salários mínimos, essa avaliação sobe para 14,3% e entre os que ganham mais de 10 mínimos, 8,3% se consideram muito endividados.

Segundo a Fecomércio-SP, o índice de confiança do consumidor registrou alta de 2,2% em janeiro, em relação a dezembro/08. A Fecomércio-RJ indica que, nos próximos seis meses, 43,9% das famílias do Grande-Rio irão às compras de bens duráveis e semi-duráveis; o atraso no primeiro semestre do ano passado foi de 19,9% e nos seis meses seguintes passou a 18,3%. A inadimplência das empresas fechou o ano passado com crescimento de 18,8%, segundo a Serasa. Maior alta desde 2001. Os títulos protestados representaram 41,5% e os cheques sem fundos 38,6%.

Agricultura

O ano de 2009 registrou uma super safra de milho que, face à queda do preço, está estocada e abarrotando os armazéns gerais do Centro-Oeste. Também a situação da soja é de superprodução, o mesmo que nos Estados Unidos e Argentina, o que vem derrubando os preços. As fortes chuvas no Sul e Sudeste vão prejudicar a safra corrente.

Mercado de Trabalho

Segundo o IBGE, o desemprego em 2009 ficou em 8,1%, ante 7,9%, em 2008. Em dezembro/09, o índice atingiu 6,8% ante 7,4% em novembro. Pelo levantamento do DIEESE, o índice de 13,2%, em novembro, caiu para 12,5%, em dezembro. O fechamento de 415.192 empregos com carteira assinada, em dezembro, interrompeu uma sequência de dez meses de geração líquida de vagas, reduzindo o saldo de criação de postos em 2009 para 995.110, o pior resultado em seis anos. O segmento que mais contratou foi o de serviços, com 500.117 contratações, com destaque para o comércio varejista com 297.157 postos, e a construção civil com 177.185. A indústria teve o pior resultado, com 10.865 vagas.

Setor Financeiro

O sistema financeiro fechou 2009 com expansão de crédito de 14,9%, sendo +31,1% nos bancos públicos, +8,7% nos bancos privados nacionais e menos 0,4% nos estrangeiros. Os desembolsos do BNDES aumentaram 49% e o crédito imobiliário da CEF cresceu 102%. No conjunto do crédito, a expansão dos empréstimos às pessoas jurídicas cresceu apenas 1,1%, ante +17,4% para as pessoas físicas. Em 2008, a expansão do crédito chegou a 31,1% mais do dobro de 2009. O papel-moeda emitido cresceu 13,2%, os meios de pagamento tradicionais (M₁) 11,0% e o total (M4) 16,6%.

Na Bovespa, o ingresso de dólares, após alta de 145% em 2009, perdeu 11% em janeiro, com a saída de US\$ 1,5 bilhão em apenas dois dias, 20 e 21.

Em decisão de 27/1, o Banco Central manteve a taxa básica de juros em 8,75%, a maior taxa real do mundo. Há expectativa, no mercado, de que o BC volte a aumentar a taxa (em 0,5%), a partir de março, contrariando todas as manifestações do Ministério da Fazenda e do Governo, em geral. Com o objetivo de permitir a manutenção da taxa, o Ministério do Planejamento está anunciando que, em março, haverá corte nos gastos orçamentários. Difícil será compensar o aumento dos salários e do quadro de servidores públicos.

Inflação

O índice IGP-M/FGV teve alta de 0,63% em janeiro, puxado por três fatores: elevação nas tarifas de transportes (+2,3%), definida pelo Governo; maior custo sazonal na educação (+2,0%), devido à abertura das aulas (efeito “gregoriano”); e aumento no preço dos alimentos (+1,4%), devido às chuvas e enchentes, que caracterizam um eventual choque de oferta dos produtos agrícolas. Em janeiro, o preço do álcool subiu 9,28% e da gasolina 1,70%, em média. Nada disso se deve às pressões de demanda e, portanto, não deveria influir na taxa de juros fixada pelo Banco Central.

Setor Fiscal

Continua se agravando o desequilíbrio fiscal. Em 2009, apesar de todos os “truques”, o Governo só conseguiu “economizar” (superávit primário) R\$ 64,5 bilhões, para pagar R\$ 169,1 bilhões de juros sobre a dívida pública, ocasionando um déficit nominal de R\$ 104,6 bilhões, quase o dobro dos R\$ 57,2 bilhões de 2008. Em consequência, a dívida bruta subiu a R\$ 1.973,4 bilhões (R\$ 232,5 bilhões acima de

dezembro/08). A dívida mobiliária atingiu R\$ 1.398,4 bilhões, com acréscimo de R\$ 133,6 bilhões, no ano.

Em verdade, o superávit primário teria sido de apenas R\$ 39,2 bilhões, tendo sido acrescido de R\$ 25,3 bilhões, através de “artifícios contábeis”.

Setor Externo

O mês de janeiro começou mal: as exportações caíram 21,8% (US\$ 11,3 bilhões) em relação a dezembro/09, e as importações 6,6% (US\$ 11,5 bilhões), com saldo negativo de US\$ 166 milhões.

O saldo negativo nas Contas-Correntes do balanço de pagamentos atingiu US\$ 28,2 bilhões em 2008, US\$ 24,3 bilhões em 2009 e caminha para US\$ 40 bilhões em 2010, segundo previsões do Banco Central. Em 2009, as despesas com turismo e viagens internacionais somaram US\$ 10,9 bilhões.

Em 2009, os investimentos estrangeiros diretos (IED) somaram US\$ 31,7 bilhões (US\$ 44,6 bilhões, em 2008), em ações US\$ 37,1 bilhões e em Fundos de renda fixa US\$ 9,1 bilhões. As remessas de lucros e dividendos alcançaram US\$ 25,2 bilhões e a de juros US\$ 9,1 bilhões. Os IEDs para 2010 estão sendo estimados em US\$ 45,0 bilhões.

Segundo estimativas da AEB, em 2010 as exportações devem chegar a US\$ 170,7 bilhões (+12%), as importações a US\$ 158,5 (+23%) e superávit de US\$ 12,2 bilhões (-49%).